



**IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
V SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
IV CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Ordem Patriarcal de Gênero e Relações Sociais de Sexo.

**O cenário brasileiro da pandemia da Covid-19: classe e raça em
debate**

Amanda N. Lougon dos Santos¹
Valter Martins²

Resumo: O presente texto tem como objetivo analisar os impactos para os estratos de classe gênero e raça/etnia no Brasil ao longo da pandemia da Covid-19. A relevância do estudo situa-se no levantamento e problematização de dados que possam iluminar ações e contribuir com o debate sobre formas de resistência. O estudo baseia-se em pesquisa documental e bibliográfica. Os resultados apontam para um aprofundamento das desigualdades entre o conjunto da classe trabalhadora, agravada entre os grupos marcados por gênero e etnia\raça que são os mais atingidos e ao mesmo tempo, são os grupos com maior dificuldade de recuperarem renda e trabalho.

Palavras-chave: Covid-19; classe; raça/etnia; trabalho.

Abstract: The present text aims to analyze the impacts on class strata, gender and race/ethnicity in Brazil during the Covid-19 pandemic. The relevance of the study lies in the collection and questioning of data that can illuminate actions and contribute to the debate on forms of resistance. The study is based on documentary and bibliographic research. The results point to a deepening of inequalities among the working class as a whole, worsened among groups marked by gender and ethnicity\race that are the most affected and, at the same time, are the groups with the greatest difficulty in recovering income and work.**Abstract: Keywords:** Covid-19; class; race/ethnicity; work.

¹ Assistente Social. Assistente Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Mestranda em Política Social, no Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense. *E-mail:* amandalougon@yahoo.com.br.

² Assistente Social, Professor do Departamento de Serviço Social de Campos e do Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da UFF. Coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Serviço Social, Trabalho e Proteção Social. Membro da Diretoria da Região Leste da ABEPSS, no período 2021-2022. Mestre em Serviço Social pela UFSC. Doutor e Pós-doutorado pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da PUCSP. *E-mail:* valtermartins@id.uff.br.



1. Introdução

O cenário desencadeado pela crise sanitária da Covid-19 no Brasil, descortina um conjunto amplo de questões associada as marcas históricas-estruturais da formação social brasileira. O debate sobre as expressões da questão social, apreendida de forma crítica, guarda traços indelévels da longa história que condiciona: as feridas abertas do processo colonial, as lutas sociais, as formas de desenvolvimento e enfrentamento das demandas sociais pelo Estado e as políticas sociais.

A crise instalada e aprofundada pela Covid-19, sinaliza a fragilidade em que estratos da classe trabalhadora se encontram, especialmente, aqueles grupos historicamente marginalizados, como mulheres, população negra entre outros grupos subalternizados. Esses marcadores refletem no mercado de trabalho nacional, do qual estudos já denunciam como grupos subalternizados são alocados e explorados na dinâmica capitalista. Nesse sentido, o presente texto, busca apresentar e problematizar elementos do cenário nacional, no que concerne como os marcadores gênero e etnia/raça se encontram durante a pandemia da Covid-19, considerando os traços da formação social brasileira e os problemas estruturais em aberto. Para dar concretude a análise, o estudo baseia-se na revisão de documentos e produções bibliográficas sobre os impactos da Covid-19, entre os marcadores de gênero e etnia/raça no Brasil.

Os resultados sinalizam para um aprofundamento das desigualdades entre o conjunto da classe trabalhadora, contudo, percebe-se que os grupos marcados por gênero e etnia\raça são os mais atingidos e ao mesmo tempo, são os grupos com maior dificuldade de recuperarem renda e trabalho.

2. A pandêmica da Covid-19 no Brasil: gênero, classe\raça e trabalho

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (Pnad) Covid-19, os primeiros impactos da pandemia sobre o mercado de trabalho ocorreram no segundo trimestre de 2020, com aumento de desempregados e redução da parcela de trabalhadores ocupados. Os efeitos da pandemia já são sentidos nos âmbitos econômico e social e apontam para o aumento nas desigualdades³ sociais e trabalhistas, pois, à medida que o

³ A pandemia, no Brasil, tem exposto as desigualdades que atingem a população, como a falta de acesso a direitos básicos e a oportunidades, sendo urgente o acesso às políticas públicas. Informação extraída do Boletim Observatório Covid-19. Semana Epidemiológica 14 e 15 de 4 a 17 de



trabalhador se torna desempregado, a probabilidade de recolocação no mercado de trabalho fica cada vez menor (IPEA, 2021).

A pesquisa revela, também, as contradições étnico-raciais e de gênero, ao apontar que a taxa de desocupação entre as mulheres é 16,2% maior que entre os homens e que a população negra está entre a maioria de desempregados, sendo as mulheres negras as mais atingidas, corroborando com as análises de Gonzalez (2011), ao observar que, no capitalismo, os trabalhadores negros se tornam não somente um exército industrial de reserva, mas uma massa marginal crescente. E, “na medida em que existe uma divisão sexual e racial do trabalho, não é difícil concluir sobre o processo de tríplice discriminação sofrido pela mulher negra (enquanto raça, classe e sexo), assim como sobre seu lugar na força de trabalho” (GONZALEZ, 2011, p. 19).

O Brasil concentra 77% das mortes de grávidas por complicações relacionadas ao Coronavírus (TAKEMOTO *et al.*, 2020), sendo a taxa de óbito entre as mulheres negras 17% superior à das mulheres brancas que corresponde a 8,1%.

No início de maio de 2020, a Agência Pública⁴ apontou que a quantidade de pessoas negras que morrem por Covid-19 no Brasil quintuplicou. Na população negra a letalidade é de um a cada três hospitalizados já entre as pessoas brancas é de um em cada 4,4.

Segundo Almeida (2020), a dinâmica de crise do capital também é atravessada pelas particularidades étnico-raciais e de gênero, visto que a dominação de classe se realiza articulada com as mais variadas formas de opressão racial e sexual:

O conflito social entre capital e trabalho assalariado não é o único conflito existente na sociedade capitalista. Há outros conflitos que se articulam com as relações de dominação e exploração, que não se originam nas relações de classe e tampouco “desapareceriam com ela”: são conflitos raciais, sexuais, religiosos, culturais e regionais que remontam a períodos anteriores ao capitalismo, mas que nele tomam uma forma especificamente capitalista. Portanto, entender a dinâmica dos conflitos raciais e sexuais é absolutamente essencial à compreensão do capitalismo, visto que a dominação de classe se realiza nas mais variadas formas de opressão racial e sexual (ALMEIDA, 2020, p.2).

Embora a pandemia tenha projeções globais, é sentida pelos países e pelas populações de forma desigual, afetando, em grande escala, “[...] aqueles desproporcionalmente desprotegidos e expostos”, conforme explicam Dominguez e Zen

abril de 2021 (FIOCRUZ, 2021). Disponível em: https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/boletim_covid_2021-semanas_14-15-red.pdf. Acessado em: 19 de abr. 2021.

⁴ Muniz *et. al.* (2020) Levantamento da Pública mostra que mortes e hospitalizações de pretos e pardos sobem mais que em brancos em São Paulo; recorde de mortes ocorre onde a população negra é maior. Disponível em <https://apublica.org/2020/05/em-duas-semanas-numero-de-negros-mortos-por-coronavirus-e-cinco-vezes-maior-no-brasil/> Acesso em: 30 de set. 2020.



(2020, p. 2), baseados em Butler. A crise sanitária atinge os estratos populacionais representados por negros, pobres, idosos e mulheres, justamente frações historicamente marginalizadas que mais sofrem com as marcas do racismo, com a pobreza, com a despreteção social, assumindo, portanto, traçados de interseccionalidade.

Sobre os traços interseccionais, Dominguez e Zen (2020, p. 3), inspirada em Butler, afirma que a interseccionalidade “nos permite ver que uma ameaça de doença e morte aumenta em populações que acumulam categorias de discriminação”, ou seja, sobre “aqueles corpos que não podem escolher a qual minoria pertencem por estarem com mesma intensidade na intersecção de várias minorias”.

Ainda a respeito da interseccionalidade, Crenshaw (2002, p. 177), discorre que:

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento.

Na direção da discussão sobre a interseccionalidade, os dados da pesquisa realizada pelo Coletivo Terra, Raça e Classe do Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST) (2020) demonstram que a população negra paulistana tem até 85% mais chances de morrer por Covid-19 do que a população branca. Esses dados explicitam as particularidades da formação sócio histórica brasileira, em que as desigualdades de classe estão fundamentalmente entrelaçadas as étnico-raciais e as de gênero. Além de evidenciarem que o eterno mito da democracia racial, cai por terra.

Para Gonzalez (1984) o mito da democracia racial no Brasil é exposto através do carnaval no seu processo de inversão, reforço e neutralização que produz uma manutenção do *status quo* presente na sociedade brasileira que é altamente hierarquizada em suas relações sociais. A autora afirma como sendo a neurose ao apontar que a sociedade brasileira se reconhece como não racista e não preconceituosa porque somos todos brancos não existindo negros e indígenas.

Gonzalez (1982) apresentou em sua produção a leitura do país a partir de uma perspectiva anticolonial através da análise do modelo de desenvolvimento brasileiro assentado em bases raciais, patriarcais e em um capitalismo dependente, resultando uma sociedade brutalmente desigual de uma maioria negra minorizada, no sentido de Santos (2018; 2020), no acesso aos bens que podem possibilitar uma vida digna.



A maneira que o passado escravocrata e suas reminiscências ainda impõem aos dias de hoje impasses para o exercício da cidadania pelo povo brasileiro onde a população negra, pobre e as mulheres possuem menos oportunidades e são por vezes alijados de direitos básicos e vítimas de discriminação. (SCHWARCZ; STARLING, 2017).

A concepção de que a formação da sociedade brasileira é originalmente marcada pela diversidade cultural, religiosa e de costumes decorrente do encontro de brancos, indígenas e negros e a constituição de um povo miscigenado é difundida através do olhar conservador e eurocêntrico. A miscigenação e a diversidade na formação do país são abordadas majoritariamente como processos naturais e neutros e não como nas palavras de Motta como:

[...] encontros de negros, brancos e indígenas foi feito através da violência, da estigmatização e da extrema espoliação. Formamo-nos, dessa forma, como um povo misturado, com uma diversidade de costumes, hábitos, religiões, práticas, culturais. Essa diversidade, no entanto, também envolve hierarquização, poder, exploração e violência. Para entender a particularidade do processo brasileiro, foi necessário olhar para a nossa própria história e perceber as especificidades da formação das classes numa sociedade com uma forte herança colonial e escravista, tendo também o patriarcado e a opressão das mulheres como um dos pilares. Por isso, defendo a ideia de que a desigualdade de classes foi reciclada e reforçada pelas desigualdades raciais e de gênero (MOTTA, 2018, p. 76).

De acordo com Holston (2013), o Brasil opera uma cidadania diferenciada na qual a incorporação dos indivíduos ao Estado-Nação não implica na igualdade legal entre os cidadãos. A cidadania, no nosso caso, não equipara os cidadãos, antes disso, é uma medida “para diferenciar e uma forma de distanciar as pessoas umas das outras” (HOLSTON, 2013, p. 23).

No cenário de crise estrutural do capital, as expressões da questão social são agudizadas, revelando a barbárie cotidiana que assola a classe trabalhadora e que se torna mais imperiosa em um cenário mundial de pandemia. As condições de vida e a destruição de direitos conquistados revelam os processos de expropriação aos quais a classe trabalhadora vem sendo subjugada e apontam os desafios postos ao trabalho dos profissionais das políticas sociais, que lidam cotidianamente com as mais variadas manifestações da questão social⁵ (FONTES, 2010).

Ao situarmos a conjuntura vivenciada no país no cenário pandêmico, não podemos descolar a análise dos elementos que compreendem a relação trabalho e capital, e

⁵ “A questão social expressa, portanto, desigualdades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais e formação regionais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização. Dispondo de uma dimensão estrutural, ela atinge visceralmente a vida dos sujeitos numa “luta aberta e surda pela cidadania” (IANNI in IAMAMOTO, 2007, p. 160), no embate pelo respeito aos direitos civis, sociais e políticos e aos direitos humanos”. (IAMAMOTO, 2007, p.160).



tampouco desconsiderar que a questão social é mediatizada pela questão étnico-racial e de gênero.

Nessa direção, Motta (2018, p. 81) aponta que precisamos considerar “raça e gênero como variáveis fundamentais para a explicação das desigualdades sociais”. Ainda segundo, a autora:

[...] acredito que a articulação de gênero, raça e classe pode permitir o entendimento dos processos sociais de forma mais complexa e completa. É preciso pensar o processo de consolidação do modo de produção capitalista industrial na especificidade no contexto, de cada formação, considerando seus agentes envolvidos nos processos de transformações, bem como suas particularidades (MOTTA, 2018, p.81).

Os desafios são percebidos no que tange à classe, observa-se que o baixo nível de escolaridade associado à pobreza extrema tem impacto direto no descumprimento às instruções de saúde pública. Essa situação é desafiadora uma vez que o controle da doença requer estratégias como distanciamento social e quarentena. Tais medidas trazem impactos nas populações pobres que têm pouco acesso aos cuidados de saúde e são submetidas aos riscos do descumprimento do isolamento para o sustento de si e sua família.

A exigência do cumprimento do isolamento social, limitação do trânsito das pessoas, a lavagem das mãos e uso de álcool em gel são medidas difíceis de ser garantidas quando constatamos por exemplo que, segundo a Síntese de Indicadores Sociais (SIS, 2018), 35,7% dos brasileiros não têm esgotamento sanitário, destacando que destes 63% estão concentrados nas regiões norte e nordeste.

Os dados da SIS de 2019 apresentam a correlação entre pobreza monetária e vulnerabilidade nas condições de moradia. A ausência banheiro dos moradores, ou seja, um cômodo com instalações sanitárias e para banho cujo uso não seja compartilhado por pessoas de outros domicílios, atinge 8,5% da população com renda domiciliar per capita inferior a US \$5,50 por dia. A escassez de abastecimento de água expressa maior precariedade, alcançando 25,8% da população com renda inferior a US \$5,50 e 15,1% da população total.

Os recortes de classe também estão ligados à raça, uma vez que segundo dados divulgados pela pesquisa “Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil”, 75% das pessoas que vivem na extrema pobreza são autodeclarados como negros ou pardos. Ainda tratando da raça como marcador social, o capitalismo racial constitui uma causa fundamental de iniquidades em saúde. Além de compor as intersecções e os elementos



vulnerabilizadores para adoecimento pelo novo Coronavírus, os dados refletem um descaso com 54,9 % da população.

O racismo estrutural evidencia o arcabouço de vulnerabilidade a qual a população negra está submetida, reafirmando que a determinação social do processo de saúde, adoecimento e morte está diretamente associado com a adoção do projeto de desenvolvimento pautado na necropolítica.

Em relação à categoria trabalho, além daqueles que não podem atender às medidas restritivas por dependerem economicamente desses proventos para sua sobrevivência, há outros que desempenham atividades essenciais e, por isso, estão expostos.

Ao analisarmos a categoria trabalho pela perspectiva interseccional evidenciamos que a população negra é quem historicamente detém os piores índices, sobretudo as mulheres negras. A população negra está majoritariamente nas periferias vivendo em imóveis insalubres, amontoados, com elevado número de pessoas por cômodos e seus chefes de família estão inseridos no trabalho informal.

A realidade brasileira é marcada pela desigualdade no mercado de trabalho e também pelas desigualdades culturais e sociais da divisão sexual entre trabalho produtivo e reprodutivo. A divisão sexual do trabalho resulta em uma distribuição desigual do uso do tempo entre as atividades de produção e reprodução. Frequentemente, as mulheres são sobrecarregadas com os afazeres da reprodução (trabalho não remunerado), e os homens ficam com maior disponibilidade para as atividades da produção (trabalho remunerado). (HIRATA; KERGOAT, 2007).

Tal desigualdade foi amplamente discutida pelas feministas francesas que evidenciaram a relação desigual entre a esfera produtiva e reprodutiva e que segundo Motta (2018) fizeram:

Transparecer uma esfera que foi historicamente invisibilizada nas análises: o trabalho doméstico e situaram a importância do trabalho realizado pelas mulheres (de forma gratuita, invisibilizada e desvalorizada) para a continuidade de uma sociedade fundada na exploração (MOTTA, 2018, p.80).

A divisão do trabalho proveniente das “relações sociais de sexo”⁶ reservou às mulheres a esfera reprodutiva e aos homens, a esfera produtiva, estabelecendo uma relação assimétrica entre os sexos que cria e reproduz concomitantemente as desigualdades de papéis e funções na sociedade. (HIRATA; KERGOAT, 2007).

⁶ Para Hirata e Kergoat (2007) a divisão sexual do trabalho é fruto da divisão social estabelecida nas relações sociais entre os sexos, divisão essa modulada histórica e socialmente e instrumento da sobrevivência da relação social entre os sexos.



O relatório divulgado pela ONU – Mulheres⁷, em abril de 2020 mostra que as mulheres sofreram impactos consideráveis por serem amplamente expostas ao risco de contaminação e às vulnerabilidades sociais decorrentes da pandemia, tais como: o desemprego, a violência, o não acesso aos serviços de saúde e o aumento da pobreza.

3. Considerações

Diante da crise estrutural do capital no contexto da pandemia, o sistema capitalista mostrou-se mais uma vez devastador, evidenciando uma série de contradições que ameaçam a existência da humanidade, especialmente de parcela da população alijada dos direitos sociais, com destaque para os negros, mulheres e pobres.

Os marcadores de gênero, classe e raça se apresentam enquanto condição vulnerabilizadora à exposição ao novo coronavírus em diferentes sociedades descortinando a necessidade histórica de implantação de estratégias de melhoria de vida da população.

Motta (2018, p.85) tece considerações importantes ao apontar que ao reconhecermos “a existência da desigualdade nas diferentes relações sociais nos leva à busca das origens de cada opressão”. Para ela, “esse movimento possibilita a descoberta dos fundamentos materiais que sustentam as desigualdades, resgatar os interesses comuns nas diferentes causas políticas que dê suporte para uma ação conjunta revolucionária”. (MOTTA, 2018, p. 85).

A necessidade de ampliação do orçamento público mostra-se imperiosa em tempos de pandemia. O atual momento histórico impõe para a direção do avanço na garantia universal da proteção social, fortalecimento as políticas de seguridade social frente a ampliação das desigualdades sociais e do retorno do país ao mapa da fome.

Destaca-se que as ações de combate às desigualdades sociais devem ser pautadas pela perspectiva interseccional, caso contrário, reafirmaremos a necropolítica em curso, na qual os corpos negros, de mulheres e de pobres são os que mais sofrem.

Esse contexto traz gigantescos desafios na luta contra a perversa desigualdade social e a falta de informação e conhecimento da população quanto aos seus direitos. No contexto de regressão e desmonte das políticas sociais no Brasil, a pandemia do novo coronavírus acirrou as condições de vida da população. A supressão dos direitos e a

⁷ Relatório “Prevenção da violência contra mulheres diante da Covid-19 na América Latina e no Caribe” produzido pela ONU - Mulheres CARIBE”. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2020/05/BRIEF-PORTUGUES.pdf>. Acessado em: 30 de 2021.



crescente predominância de posicionamentos conservadores contra os direitos humanos atingem de forma direta os grupos mais subalternizados. Essas questões suscitam o aprofundamento do debate político e a criação urgente de estratégias estruturais para enfrentamento das marcas históricas e de seu aprofundamento pela Covid-19 no Brasil.

4. Referências

ALMEIDA, Sílvio L. **Capitalismo e crise**: o que o racismo tem a ver com isso? 23 jun. 2020. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2020/06/23/capitalismo-e-crise-o-que-o-racismo-tem-a-ver-com-isso/> Acesso em: 28 jun. 2020.

BOLETIM observatório Covid-19. Rio de Janeiro, Fiocruz, 4 abr. 2021. Disponível em: https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/boletim_covid_2021-semanas_14-15-red.pdf. Acesso em: 19 abr. 2021.

CORONAVIRUS Resource Center. **Johns Hopkins University**, [s. l.], 2021. Disponível em: <https://coronavirus.jhu.edu/us-map>. Acesso em: 03 out. 2021.

CRENSHAW, Kimberlé. “Documento para encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero”, **Revista Estudos Feministas**, ano 10, Florianópolis, 2002.

DOMINGUEZ, Juan; ZEN, Rafael. Entrevista com Judith Butler: Quando a economia se torna o berro agonizante dos eugenistas. **Le Monde Diplomatique Brasil**, [s. l.], 13 maio 2020. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/quando-a-economia-se-torna-o-berro-agonizante-dos-eugenistas/>. Acesso em: 21 jun. 2020.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo**: teoria e história. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2010.

GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira. In: LUZ, Madel T. (Org.). **O lugar da mulher**: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

GONZALEZ, Lélia. **A categoria político-cultural de amefricanidade**. Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro, n.º 92/93.(jan.jun.), p. 69-82.1988.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. In: **Caderno de formação política do Círculo Palmarino** n.01 Batalha de Ideias. (2011). 2011. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/271077/mod_resource/content/1/Por%20um%20feminismo%20Afro-latino-americano.pdf. Acessado em 02 set 2021.



GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. Revista Ciências Sociais Hoje. Anpocs. p.223-244. 1984.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v.37, n.132, p.595-609, set./dez. 2007.

HOLSTON, James. **Cidadania insurgente**: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil, São Paulo: Cia das Letras, 2013. Capítulos 1, 6, 7 e 8.

IAMAMOTO, Marilda. **O Serviço Social em tempos de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007. p. 128-208; 222-245.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Pesquisa nacional por amostra de domicílios (Pnad) Covid-19**. Brasília, DF: Ipea, 2021. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/2020/10/pnad-covid-19divulgacao-de-2102020-principais-destaques/>. Acesso em: 9 mar. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Síntese de Indicadores Sociais**. Uma análise das condições de vida da população brasileira - 2019. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101678.pdf>. Acesso em: 25 set. 2020.

MOTTA, Daniele. Do universal ao específico: entrelaçando gênero, raça e classe. **Cadernos CEMARX**, Campinas, n. 11, p. 71-88, 2018.

MUNIZ, B. et. al. **Em duas semanas, número de negros mortos por coronavírus é cinco vezes maior no Brasil**. Disponível em: https://apublica.org/2020/05/em-duas-semanas-numero-de-negros-mortos-por-coronavirus-e-cinco-vezes-maior-no-brasil/?mc_cid=d1c4b83e9e&mc_eid=97864c06e1 Acesso em: 10 out. 2020.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **ILO**, Brasília, DF, 2 jun. 2021. Disponível em: https://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_797490/lang--pt/index.htm. Acesso em: 2 jun. 2021.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **“Prevenção da violência contra mulheres diante da Covid-19 na América Latina e no Caribe”** produzido pela ONU - Mulheres CARIBE”. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/wpcontent/uploads/2020/05/BRIEF-PORTUGUES.pdf>. Acessado em: 30 de 2021.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS). Folha informativa sobre Covid-19. **PAHO**, [s. l.], 2020. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19>. Acesso em: 5 mar. 2021.

SANTOS, Richard. **Branquitude e televisão**. A nova (?) África na TV pública. Rio de Janeiro: Editora Gramma, 2018.

SCHWARCZ, Lília M.; STARLING, Heloísa M. Brasil: **uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.



TAKEMOTO, Maira L. S. *et. al.* **Brazilian Group for Studies of COVID-19 and Pregnancy.** Clinical characteristics and risk factors for mortality obstetric patients with severe COVID-19 in Brazil: a surveillance database analysis. *BJOG*. 2020; 127 (3): 1618- 26.